



**Simulado de Direito Penal
(CESPE/TCE-RN/2015)**

01) Segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deverá cuidar da proteção dos bens mais relevantes e imprescindíveis à vida social.

Comentário:

Princípio da Intervenção Mínima ou Última Ratio
- Tal princípio estabelece a limitação do Estado em relação ao poder punitivo.
- O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade .
- O Direito penal é considerado a última maneira de resolver o problema.
- As condutas do indivíduo serão criminalizadas apenas quando existir a real necessidade de tutela aos bens jurídicos e não seja possível que esse indivíduo, com os seus atos, conviva harmônica e pacificamente em sociedade .

Gabarito: Correto.

(VUNESP/Prefeitura de Registro - SP/2016)

02) O prazo penal tem contagem diversa da dos prazos processuais e o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, ainda que se trate de fração de dia.

Comentário:

Contagem de Prazos
- CP/40, Art. 10 - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo . Contam-se os dias , os meses e os anos pelo calendário comum.
Frações Não Computáveis de Pena
- CP/40, Art. 11 - Desprezam-se , nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos , as frações de dia , e, na pena de multa , as frações de cruzeiro .
- Ex: Pena de 345,43 Dias = 345 Dias; Multa de R\$ 3.423,32 = R\$ 3.423,00;

CPP/41. Art. 798. § 1º **Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.**

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCE-SC/2016)

03) A culpa imprópria ocorre nas hipóteses de discriminantes putativas em que o agente, em virtude de erro evitável pelas circunstâncias, dá causa dolosamente a um resultado, mas responde como se tivesse praticado um delito culposo.

Comentário:

Culpa Inconsciente
- O agente não prevê que possa ocorrer o resultado;
Culpa Própria
- O agente não quer o resultado criminoso;
- Pode ser consciente ou inconsciente ;
Culpa Imprópria
- O agente quer o resultado estando fazendo tal ação por causa de excludente da ilicitude ou culpabilidade, só que não .
- CP/41, Art. 20, § 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse , tornaria a ação legítima . Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
OBS: Não existe compensação de culpas no Direito Penal Brasileiro.
Discriminante Putativa X Delito Putativo
Discriminante Putativa: O agente age pensando que no erro cometido existe uma situação que tornaria seu ato legítimo , ou seja, excludentes de ilicitude , mas acaba praticando uma conduta típica e ilícita.
Delito Putativo: O agente pensou que estivesse cometendo um delito , mas este crime não existe , ou seja, é um indiferente penal .

Gabarito: Correto.

(FCC/Câmara Legislativa do Distrito Federal/2018)

04) É qualificado o homicídio se cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

Comentário:



Homicídio Qualificado - CP/40. Art. 121. §2º

É o **homicídio** em que resulta em uma pena **mais grave** devido à **alta reprovação da conduta do sujeito ativo**, sendo de **12 a 30 anos**.

Ocorre **Homicídio Qualificado**:

- * Mediante **paga ou promessa de recompensa**, ou por **outro motivo torpe**; (Homicídio Qualificado devido ao **Motivo**)
- * Por **motivo fútil**; (Homicídio Qualificado devido ao **Motivo**)
- * Com **emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura** ou **outro meio insidioso ou cruel**, ou de que possa **resultar perigo comum**; (Homicídio Qualificado devido ao **Meio utilizado**)
- * À **traição, de emboscada**, ou mediante **dissimulação** ou **outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido**; (Homicídio Qualificado devido ao **modo ou a forma**)
- * **Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime**; (Homicídio Qualificado devido à **finalidade**)
- * Contra a **mulher por razões da condição de sexo feminino** (**Feminicídio**);
- * Contra **autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144** da Constituição Federal, **integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública**, no exercício da função ou em decorrência dela, ou **contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau**, em razão dessa condição.

Gabarito: Correto.

(INSTITUTO AOCP/PC-ES/2019)

05) No delito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, a pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico.

Comentário:

Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio ou a Automutilação - CP/40. Art. 122.

Antes da Lei 13.968/2019

CP/40. Art. 122 – Induzir (cria a possibilidade – Participação Moral) ou instigar (Reforça a ideia - Participação Moral) alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - **reclusão**, de **dois a seis anos**, se o **suicídio se consuma**; ou **reclusão**, de **um a três anos**, se da **tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave**.

Parágrafo único - A pena é **duplicada**:

I - se o crime é praticado por **motivo egoístico**;

II - se a vítima é **menor ou tem diminuída**, por qualquer causa, a **capacidade de resistência**.

Depois da Lei 13.968/2019

CP/40. Art. 122. Induzir (cria a possibilidade – Participação Moral) ou instigar (Reforça a ideia - Participação Moral) alguém a suicidar-se ou a **praticar automutilação** ou prestar-lhe **auxílio material** para que o faça:

Pena - reclusão, de **6 (seis) meses a 2 (dois) anos**.

§ 1º Se da **automutilação** ou da **tentativa de suicídio** resulta **lesão corporal** de natureza **grave** ou **gravíssima**, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 129 deste Código: (**Crime Qualificado**)

Pena - reclusão, de **1 (um) a 3 (três) anos**.

§ 2º Se o **suicídio se consuma** ou se da **automutilação resulta morte**: (**Crime Qualificado**)

Pena - reclusão, de **2 (dois) a 6 (seis) anos**.

§ 3º A pena é **duplicada**: (**Majoração da Pena**)

I - **se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil**;

II - se a vítima é **menor ou tem diminuída**, por qualquer causa, a **capacidade de resistência**.

§ 4º A pena é **umentada até o dobro** se a conduta é realizada por meio da **rede de computadores**, de **rede social** ou **transmitida em tempo real**. (**Majoração da Pena**)

§ 5º Aumenta-se a pena em **metade** se o agente é **líder ou coordenador de grupo** ou de **rede virtual**. (**Majoração da Pena**)



§ 6º Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em **lesão corporal** de natureza **gravíssima** e é cometido **contra menor de 14 (quatorze) anos** ou contra quem, por **enfermidade ou deficiência mental**, **não tem** o necessário **discernimento** para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, **não pode oferecer resistência**, responde o agente pelo **crime** descrito no § 2º do art. 129 deste Código (**Lesão Corporal Qualificada – Gravíssima**).

§ 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra **menor de 14 (quatorze) anos** ou contra quem **não tem** o necessário **discernimento** para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, **não pode oferecer resistência**, responde o agente pelo crime de **homicídio**, nos termos do art. 121 deste Código.

Elemento subjetivo: Dolo (é possível por dolo eventual), não sendo possível a forma culposa.

OBS: O **suicídio não é considerado crime**, mas sim a **conduta da pessoa que incentiva** a outra a cometer tal ato. Essa conduta é uma **conduta principal** e não acessória, sendo o **próprio núcleo do tipo penal**. Desta forma, o **agente** que incentiva o suicídio é o **autor** e não partícipe do crime.

OBS: Apenas a pessoa que tenha discernimento é que pode ser sujeito passivo de tal crime.

OBS: Se da **automutilação** ou da **tentativa de suicídio** resulta em **lesão corporal** de natureza **gravíssima** e é cometido **contra menor de 14 (quatorze) anos** ou contra quem, por **enfermidade ou deficiência mental**, **não tem** o necessário **discernimento** para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, **não pode oferecer resistência**, responde o agente pelo **crime** descrito no **§ 2º do art. 129** deste Código (**Lesão Corporal Qualificada – Gravíssima**).

OBS: Se o **suicídio se consuma** ou se da **automutilação resulta morte** **contra menor de 14 (quatorze) anos** ou contra quem **não tem** o necessário **discernimento** para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, **não pode oferecer resistência**, responde o agente pelo crime de **homicídio**, nos termos do **art. 121** deste Código.

OBS: A nova redação apresentada pelo Art. 122. CP pune o sujeito ativo pelo **mero exaurimento da conduta**, ou seja, se o delito **não resultar em nada** ou **acarretar lesão corporal de natureza leve**, a pessoa que fez o mero induzimento, instigação, auxílio material a lesão ou suicídio, responderá conforme o Art. 122.

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio - CP/40. Art. 122.

Resultado	Vítima Com Discernimento	Vítima Vulnerável ou Sem Discernimento
Não acarreta lesão	Tipificação do Art. 122, Caput, CP.	Tipificação do Art. 122 c/ Art. 122, §3º, II.
Lesão Leve	Tipificação do Art. 122, Caput, CP.	Tipificação do Art. 122 c/ Art. 122, §3º, II.
Lesão Grave	Tipificação do Art. 122, §1º, CP.	Tipificação do Art. 122, §1º, CP.
Lesão Gravíssima	Tipificação do Art. 122, §1º, CP.	Tipificação do Art. 129, §2º, CP.
Morte	Tipificação do Art. 122, §2º, CP.	Tipificação do Art. 121, CP.

Consumação do Crime (Crime é Formal): Ocorre quando o agente pratica o ato, sendo a morte ou as lesões uma mera condição objetiva de punibilidade.

Gabarito: Correto.

(IBFC/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/2017)

06) As lesões corporais dividem-se em dolosas e culposas e ambas são subdivididas em leves, graves e gravíssimas.

Comentário:

As lesões corporais culposas não possuem classificação quanto à gravidade.

Lesão Corporal Culposa - CP/40. Art. 129. §6º

Ocorre quando a **lesão corporal** causada pelo agente decorre de **negligência, imprudência ou imperícia**.

Quando a **lesão corporal culposa** resultar de **automóveis**, o crime é **especial**, não se aplicando o CP/40, **mas sim o CTB**.

CP/40. Art. 129. § 6º Se a **lesão é culposa**:

Pena - detenção, de **dois meses a um ano**.



Na hipótese de **Lesão corporal Culposa**, o juiz poderá **deixar de aplicar a pena (Perdão Judicial)**, se as **consequências da infração atingirem o próprio agente** de forma **tão grave** que a **sanção penal** se torne **desnecessária**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/CBM-CE/2014)

07) O delito de rixa é um crime de concurso necessário, uma vez que exige a participação de três ou mais pessoas.

Comentário:

Rixa – CP/40. Capítulo IV Art. 137.

Ocorre quando **três ou mais pessoas se agrirem, ao mesmo tempo**, por **conta própria** e de forma **desordenada** acompanhada de **vias de fato** ou **violência recíproca**.

Ação Penal Pública **Incondicionada**.

O crime trata-se de um **concurso necessário (Crime Plurisubjetivo)**, pois é necessário existir no **mínimo três pessoas ou mais**. **A depender da doutrina é cabível tentativa**.

Pode ser praticado por **qualquer pessoa**. (Crime Comum).

Elemento Subjetivo: Dolo. **Não** existe modalidade **culposa**.

Os sujeitos são ao **mesmo tempo passivo e ativo do crime**, porém **cada um terá uma conduta criminosa própria**.

É possível o **concurso de pessoas**.

O sujeito pode participar tanto na forma:

* **Material** (A dá uma faca para B);

* **Moral** (A influencia B).

Consumação: Ocorre com o **começo da rixa** e a existência de **vias de fato** ou **violência recíproca**. A existência de lesões é **não possui relevância** para a consumação.

O crime de rixa será **qualificado** caso acarrete em **lesão corporal grave** ou **morte**. Respondendo **todos** que participaram da rixa (Doutrina Majoritária).

Caso o agente **saia da rixa antes da lesão corporal grave ou morte** ocorrerem: **responderá** mesmo assim de forma **qualificada**.

Caso o agente **entre depois de acontecer a lesão corporal grave ou morte**: responderá por **rixas simples**.

A briga entre torcidas não é considerada crime de rixa, mas sim um crime específico do Estatuto do Torcedor.

CP/40. Art. 137 - Participar de **rixas, salvo para separar os contendores**:

Pena - **detenção**, de **quinze dias a dois meses**, ou multa.

Parágrafo único - Se ocorre **morte ou lesão corporal** de natureza **grave**, aplica-se, pelo fato da **participação na rixa**, a pena de **detenção**, de **seis meses a dois anos**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TRE-BA/2017)

08) Extingue-se a punibilidade do delito de estelionato previdenciário se o agente devolver a vantagem ilícita recebida à Previdência Social antes do recebimento da denúncia.

Comentário:

STJ/ REsp 1.380.672-SC

Não extingue a punibilidade do crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do CP) a **devolução à Previdência Social, antes do recebimento da denúncia**, da vantagem percebida ilicitamente, podendo a iniciativa, eventualmente, **caracterizar arrependimento posterior**, previsto no art. 16 do CP.

O art. 9º da Lei 10.684/2003 prevê **hipótese excepcional de extinção de punibilidade**, "quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios", que somente abrange os crimes de **sonegação fiscal, apropriação indébita previdenciária** e **sonegação de contribuição previdenciária**, ontologicamente distintos do estelionato previdenciário, no qual há emprego de ardil para o recebimento indevido de benefícios. Dessa forma, **não é possível aplicação, por analogia**, da causa extintiva de punibilidade prevista no art. 9º da Lei 10.684/2003 **pelo pagamento do débito ao estelionato previdenciário**, pois **não há lacuna involuntária** na lei penal a demandar o procedimento supletivo, de integração do ordenamento jurídico.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/Câmara Municipal de Itatiba - SP/2015)



09) Aquele que recebe moeda falsa, de boa-fé, como verdadeira, e a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade será isento de pena.

Comentário:

Moeda Falsa Privilegiada

CP/40. Art. 289 § 2º - Quem, tendo recebido de **boa-fé**, como verdadeira, **moeda falsa ou alterada**, a restitui à **circulação**, depois de conhecer a falsidade, é **punido** com **detenção**, de **seis meses a dois anos**, e multa.

Gabarito: Errado.

(IESES/TJ-RO/2017)

10) A conduta consistente em apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem é denominada pela doutrina de peculato estelionato ou peculato mediante erro de outrem.

Comentário:

Peculato mediante erro de outrem (Peculato-Estelionato)

CP/40. Art. 313 - **Apropriar-se de dinheiro** ou **qualquer utilidade** que, no exercício do **cargo**, recebeu por **erro de outrem**:

Pena - **reclusão**, de **um a quatro anos**, e multa.

Gabarito: Correto.
